



O ANO LETIVO COMEÇA SOB ATAQUE!

É preciso antecipar a campanha salarial, construir a mobilização para derrotar o projeto privatista de Nunes!

Boletim nº 37 - Fev. 2026

O conjunto do funcionalismo passa por uma conjuntura de enorme retrocesso das suas conquistas históricas. Na prefeitura de São Paulo, o ano de 2025 ficou marcado pelo avanço do projeto privatista de Ricardo Nunes, consolidando o desmonte da Educação pública na rede municipal e o que não podemos esquecer é que tal situação ocorreu pela via das traições, pavimentadas pela burocracia da COEDUC (SINPEEM, SINESP E SEDIN), por meio de uma escancarada política de conciliação com o governo e uma total desmobilização que coloca de escanteio toda capacidade de organização e luta da categoria.

Sob a gestão de Ricardo Nunes, o que assistimos é a concretização de verdadeira “reforma administrativa” que vem no bojo de um aprofundamento da privatização da rede, ambos parte de um projeto deliberado de destruição dos serviços públicos. Em 2025, a aplicação da Lei nº 18.221/24 se revelou a face mais perversa deste governo.

O ano letivo de 2026 inicia-se, portanto, em meio a um cenário sem precedentes de ataques ao conjunto desta categoria. Ao pisar no chão da escola, nos defrontamos com a materialidade nefasta dessa lei, uma vez que a prefeitura executou a redução de jornada com redução de salário dos professores readaptados a partir de 01/02.

O fato é que, por meio do

Comunicado nº 19, o governo determinou que os docentes readaptados que optaram pela JEIF em 2025 teriam permanência garantida nessa jornada apenas até 31/01/2026. A partir de 01/02/2026, aqueles que não atenderem aos requisitos da 18.221/24 automaticamente caem para a Jornada Básica (JBD). Esse ataque resulta em uma perda salarial média estimada entre 25% e 30%, impactando diretamente as condições objetivas de vida de quem já enfrenta a precarização por conta da saúde. Isso põe uma pá de cal no engodo que foi a judicialização desta pauta.

É uma punição direta ao trabalhador que adoeceu no exercício das suas funções. O governo ignora a condição da readaptação, transformando-a em contenção de gastos, na prática, em arrocho salarial. Reduzir salário e forçar a queda de jornada é uma estratégia para expulsá-lo da carreira, ou forçá-lo um retorno à sala de aula de trabalhadores adoecidos. Essa é a real recepção de boas-vindas do governo!

O projeto de Nunes converte a Secretaria Municipal de Educação (SME) em um balcão de negócios. Em 2026, a privatização direta já começou com a entrega da gestão de EMEFs para organizações sociais. O modelo de “parcerias”, que já é uma realidade e vem destruindo a Educação Infantil há anos, agora avança sobre o ensino fundamental. Novos Centros Educacionais Unificados

(CEUs) já vão estar sob a lógica das Parcerias Público-Privadas (PPPs) e da gestão terceirizada. O objetivo final é claro: fragmentar a rede, enfraquecer os sindicatos e avançar com a terceirização.

A militarização do cotidiano escolar, avançando através da presença ostensiva da GCM e da ameaça das escolas cívico-militares, normaliza a repressão dentro do espaço escolar. A política de intervenção contra as gestões de escolas ranqueadas com baixo desempenho permanece à espreita. Nada garante que a lista de escolas que sofreram intervenção não seja ampliada e novas cabeças possam rolar. Diante disso, a realidade que está posta é o aumento do assédio às escolas, a busca a todo custo pela elevação dos índices da Prova São Paulo e a precarização total das condições de trabalho, que expressam objetivamente a necessidade de derrotarmos o projeto privatista de Ricardo Nunes.

Frente a essa conjuntura, a direção do SINPEEM segue aplicando sua política de conciliação e traição. O “Plano de Lutas” aprovado de forma truculenta e burocratizada no 34º Congresso é, na prática, uma carta de rendição que se limita à “vigílias parlamentares” e às ações judiciais fadadas ao engavetamento pelo judiciário burguês. O calendário aprovado aponta uma assembleia com paralisação somente para maio. Se dependermos desse plano

de lutas, a campanha salarial de 2026 será a reprodução das táticas derrotistas dos anos anteriores, com um calendário totalmente adaptado ao processo eleitoral, protelando qualquer enfrentamento contra o governo.

Concretamente, nossa luta nos últimos anos foi transferida para ações no judiciário, qualquer obtenção de limitar é ovacionada como vitória da categoria, como se não soubéssemos de sua derrubada logo em seguida! E se não bastassem essas vitórias de Pirro, o “pão e circo”, a velha política distracionista, que a cada ano desvirtua o Congresso do Sinpeem, vira método e o carnaval entra oficialmente no calendário da burocracia, como um abre-alas da “campanha de desmobilização”. A pergunta que não quer calar é, onde foi deliberado que a burocracia poderia usar recursos do

sindicato para bancar bloco de carnaval? Todavia, a realidade é que dessa forma será a abertura do calendário aprovado no “Plano de Lutas” imposto no último congresso.

Está posto que as burocracias da COEDUC subordinam ou negam abertamente a luta de classes em detrimento de disputas eleitorais e rezam a cartilha do método da pressão parlamentar e judiciária. Por isso, a UICC aponta a necessidade de rompimento com toda e qualquer adaptação às instâncias da democracia burguesa e a conciliação com os governos de plantão. Defendemos, portanto, a necessária antecipação do calendário de luta de 2026, com a convocação de uma Assembleia com paralisação no início do ano letivo, para avançarmos com uma forte mobilização, pautando nossas reivindicações por meio dos métodos historicamente

experimentados pela classe trabalhadora.

Os ataques estão vindo a galope e o prognóstico de mais um ano de derrotas só será revertido se recuperarmos o método da ação direta e a independência de classe. É urgente a construção de Comandos de Base independentes em cada DRE para organizar o enfrentamento às intervenções privatistas, realizar piquetes, bloqueios e ocupações que obriguem o governo a recuar.

Diante deste quadro de barbárie em que se encontra a Educação pública da cidade de São Paulo, é fundamental derrotar o arrocho. Pela revogação imediata da Lei 18.221/24! Erguer a luta para derrotar por inteiro o projeto privatista de Nunes! Portanto, é fundamental a defesa de uma política revolucionária no sindicato, que aponte para a categoria a retomada da luta direta, com a aprovação da Greve.

PELA REVOGAÇÃO IMEDIATA DA LEI 18.221/24!

**MANUTENÇÃO DA JEIF PARA TODOS OS
READAPTADOS!**

**NÃO À PRIVATIZAÇÃO E A TERCEIRIZAÇÃO!
PELA EFETIVAÇÃO IMEDIATA DE TODOS OS
TRABALHADORES CONTRATADOS E TERCEIRIZADOS!**

ABAIXO À BUROCRACIA DO SINPEEM!

**PELA RECUPERAÇÃO DO NOSSO INSTRUMENTO
DE LUTA PARA OS TRABALHADORES!**

UNIDADE INDEPENDENTE, CLASSISTA E COMBATIVA



PPRI
Partido Proletário
Revolucionário
Internacionalista



INDEPENDENTES